

# O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL

*THE ROLE OF TEACHERS IN INCLUSIVE EDUCATION IN ELEMENTARY SCHOOL*

**Helena Maquies Sobrinho de Souza**

Centro Educacional Albert Einstein, Quirinópolis, Brasil.

**Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra**

Instituto Federal da Paraíba, Esperança, PB, Brasil.

**Marcelo Máximo Purificação**

UNIFIMES, Goiás, Brasil.

**Gabriel Antonio Ogaya Joerke**

Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Lorena Oss de Sousa**

UESC, Universidade estadual de Santa Cruz, Brasil.

**Weliton Luis Costa**

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

---

ISSN: 2594-9950 DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v26i2.12002> Recebido em: 12.11.2024 Aceito em: 24.12.2024

---

**Resumo:** A educação inclusiva é um processo complexo que exige a transformação de concepções, atitudes e práticas pedagógicas. Esse artigo foi desenvolvido através de um estudo qualitativo que tem como objetivo principal através de uma análise bibliográfica citar os aspectos vinculados a inclusão e suas aplicações, desenvolvidas em capítulos os quais conceituam o tema específico da pesquisa que é: O Papel do Professor na Educação Inclusiva no Ensino Fundamental. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar o papel do professor na educação inclusiva no ensino fundamental, identificando as principais teorias, práticas e desafios para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Foi constatado que é necessário investir em formação continuada, adaptar o currículo e criar políticas públicas que garantam o sucesso da inclusão. Ao promover a inclusão, é possível construir uma sociedade mais justa e equitativa.

**Palavras-Chave:** Educação. Inclusão. Formação. Práticas Pedagógicas.

**Abstract:** Inclusive education is a complex process that requires the transformation of conceptions, attitudes, and pedagogical practices. This article was developed through a



A Revista Missioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

qualitative study aimed at analyzing, through a bibliographic review, the aspects related to inclusion and its applications. Organized into chapters, it conceptualizes the specific theme of the research: The Role of Teachers in Inclusive Education in Elementary School. The general objective of this research is to analyze the role of teachers in inclusive education in elementary school, identifying the main theories, practices, and challenges in implementing inclusive pedagogical practices. The findings highlight the need for ongoing teacher training, curriculum adaptation, and the creation of public policies that ensure the success of inclusion. By promoting inclusion, it is possible to build a fairer and more equitable society.

**Keywords:** Education. Inclusion. Teacher Training. Pedagogical Practices.

## Introdução

A educação inclusiva tem se consolidado como um direito fundamental, exigindo que as escolas se adaptem para atender às diversidades de seus alunos. O professor, como mediador do processo de ensino-aprendizagem, desempenha um papel crucial nesse contexto. No entanto, muitas vezes, os docentes enfrentam desafios para implementar práticas pedagógicas inclusivas, necessitando de formação e suporte adequados.

Este projeto de pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o papel do professor na educação inclusiva no ensino fundamental. Através de uma revisão bibliográfica, busca-se identificar as principais teorias, práticas e desafios relacionados a essa temática, contribuindo para a formação de professores e a melhoria da qualidade do ensino para todos os alunos.

Ao realizar essa pesquisa espera-se responder a problemática: Qual o papel do professor na educação inclusiva no ensino fundamental e quais os principais desafios e possibilidades para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas nesse nível de ensino? A pesquisa busca responder esse questionamento através de seus capítulos com referenciais teóricos sobre o assunto.

## Questões legais do tema

A educação inclusiva, pautada na valorização das diferenças e na construção de um ambiente escolar acolhedor a todos, tem se consolidado como um paradigma educacional fundamental sendo necessário analisar as contribuições de diversos pensadores, dentre os quais se destacam Vygotsky e Freire (SILVA; CARVALHO, 2017).

Para Vygotsky, o aprendizado não ocorre de forma isolada, mas sim em um contexto social e cultural, sendo mediado por ferramentas e signos. O conceito de zona de desenvolvimento proximal é central nessa teoria, indicando a distância entre o que o indivíduo já é capaz de fazer sozinho e aquilo que ele pode realizar com a ajuda de um mediador (VYGOTSKY, 2001).

O professor assume um papel ativo na construção do conhecimento do aluno, oferecendo suporte e desafiando-o a superar seus limites e as interações entre os alunos são valorizadas como um recurso para a aprendizagem, promovendo a colaboração e a troca de conhecimentos (ROSA; GOI, 2024). As atividades devem ser adaptadas às necessidades de cada aluno, considerando sua zona de desenvolvimento proximal.

Paulo Freire, com sua pedagogia libertadora, propõe uma educação que visa a transformação social e a conscientização crítica uma vez que a pedagogia não é um ato de

depositar conhecimentos, mas um processo de construção coletiva do conhecimento, a partir da realidade dos alunos (FREIRE; HORTON, 2003). Freire (2003), propõe uma educação que visa a transformação social e a conscientização crítica abordando que a pedagogia não é um ato de depositar conhecimentos, mas um processo de construção coletiva do conhecimento, a partir da realidade dos alunos.

Os alunos são considerados sujeitos ativos do processo de ensino-aprendizagem, com o direito de expressar suas opiniões e participar das decisões sendo o diálogo fundamental para a construção do conhecimento, incentivando os a questionar a realidade e a buscar soluções para os problemas (SANTOS; ROSSI, 2020). A aprendizagem deve estar conectada à realidade dos alunos, promovendo a reflexão crítica sobre as questões sociais.

Além de Vygotsky e Freire, outras teorias contribuem para a fundamentação da educação inclusiva. A Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner valoriza a diversidade de inteligências, ampliando as possibilidades de aprendizagem e oferecendo diferentes formas de acesso ao conhecimento (GARDNER; KORNHABER; WAKE, 1998). Já a Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel (2003) enfatiza a importância de que o novo conhecimento se conecte aos conhecimentos prévios do aluno, tornando a aprendizagem mais significativa e duradoura. Na Teoria Sociointeracionista (Wallon) é destacado a importância das relações interpessoais no desenvolvimento da criança, enfatizando a afetividade e a socialização como elementos fundamentais para a aprendizagem (MONTEIRO, 2012).

A busca por um ensino de qualidade para todos, independentemente de suas diferenças, é um objetivo constante desde o século XVI. Freire (2005) enfatiza a importância da construção conjunta do conhecimento entre educadores e educandos para uma educação mais significativa. A Resolução CNE/CEE nº 02/2001 destaca a necessidade de apoio e serviços especializados para alunos com diversas necessidades educacionais especiais, como surdez, deficiência visual, física, intelectual, síndromes e altas habilidades.

Além desses conceitos, há uma necessidade de redefinição do papel do professor e de uma atuação mais colaborativa, visando a formação de alunos críticos e engajados com o mundo. A educação deve ser vista como um processo de transformação e deve estar fundamentada em princípios éticos, estéticos e políticos. O texto objetiva, portanto, analisar o papel do professor na educação inclusiva no ensino fundamental, identificando as principais teorias, práticas e desafios para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

### **Diretrizes da Educação Especial**

O processo de inclusão é feito por meio da Educação Especial. Essa modalidade de ensino está prevista na Constituição Federal (CF), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e em diversos documentos e legislações nacionais. Os alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial. Segundo a LDBEN, entre outros documentos, são os estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e os que possuem altas habilidades ou superdotação.

A política da Educação Especial é fundamentada em diversos documentos legais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015),

além das já citadas CF e LDB, entre outras.

A inclusão deve acontecer na escola tendo como um direito de todas as crianças e jovens, independente de suas diferenças, de frequentar a escola regular e de receber uma educação de qualidade. Conforme citado por Monteiro, Gomes e Sousa (2021), na escola não se trata apenas de matricular os estudantes com deficiência, mas sim oferecer a oportunidades iguais de aprendizado e participação plena na vida escolar.

É fundamental que a escola esteja preparada para receber todos os alunos, independentemente de suas diferenças havendo também a capacitação dos professores e demais profissionais da educação, para que possam lidar com as necessidades específicas de cada aluno e adaptar suas práticas pedagógicas.

A escola para que atenda esses estudantes, é necessário ter uma estrutura física acessível, com rampas, elevadores, banheiros adaptados, entre outros recursos que garantam a inclusão de todos, disponibilizando materiais e recursos didáticos adequados, como livros em Braille, equipamentos de ampliação de letras e recursos audiovisuais.

A valorização da diversidade e o combate a qualquer tipo de discriminação promove uma cultura inclusiva, em que todos os alunos sejam respeitados e valorizados em suas individualidades. Isso contribui para o desenvolvimento de um ambiente acolhedor, no qual todos se sintam seguros para aprender e se expressar.

### **Lei das Diretrizes e Bases Nº9394/96: Elaboração de Currículos de acordo com cada necessidade**

Um dos princípios essenciais da Lei Nº 9394/96 de Diretrizes e Bases (LDB) é a garantia de uma educação inclusiva para todos, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais ou econômicas. Isso significa que o ensino deve ser adaptado às necessidades de cada aluno, de modo a promover sua plena participação e aprendizagem.

A elaboração do currículo deve considerar a realidade de cada escola e de cada aluno, levando em conta suas características específicas, suas habilidades e limitações. O currículo deve ser pensado de forma flexível e adaptável, de modo a atender a diversidade de perfis de estudantes presentes em cada contexto escolar. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 cita:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como

professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Art. 60 . Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público. Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

A formação dos professores deve ser levada em consideração, pois os educadores devem estar preparados para lidar com a diversidade criando estratégias de ensino que promovam a inclusão e a aprendizagem de todos os alunos, devem estar cientes do que manda a legislação educacional, técnicas de adaptação curricular, identificação de necessidades educacionais especiais, entre outros.

A organização dos conteúdos na educação inclusiva considera a construção de um currículo que contemple não apenas os aspectos cognitivos, mas as habilidades socioemocionais e práticas valorizando sempre a diversidade cultural, étnica e de gênero, promovendo uma educação mais igualitária e inclusiva.

### **Práticas pedagógicas inclusivas desafios e possibilidades**

A educação inclusiva, que visa garantir o acesso e a participação de todos os estudantes no processo educativo, independentemente de suas características, tem se consolidado como um paradigma educacional. No entanto, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no ensino fundamental ainda enfrenta diversos desafios e exige um constante aprimoramento das ações pedagógicas.

Um dos principais desafios é a formação dos professores para atuarem em um contexto de diversidade como apontam Sasaki (2001) e Mantoan (2006), sendo fundamental que haja docentes preparados para atender às necessidades específicas de cada aluno, adaptando suas metodologias e recursos didáticos. A formação continuada se mostra essencial para que os professores desenvolvam as competências necessárias para promover a inclusão.

Outro desafio está relacionado à adaptação do currículo escolar no qual Vygotsky (1984), fala que a aprendizagem ocorre em um contexto social e cultural, sendo influenciada pelas interações do indivíduo com o meio. Nesse sentido, é preciso que o currículo seja flexível e permita a personalização do ensino, considerando as diferentes habilidades e ritmos de aprendizagem dos alunos.

Além disso, a acessibilidade física e comunicacional é um aspecto fundamental para a inclusão. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é dever do Estado garantir o acesso de todas as pessoas com deficiência aos ambientes de ensino. No entanto, muitas escolas ainda

apresentam barreiras arquitetônicas e comunicacionais que dificultam a participação de alguns alunos.

Diante desses desafios, diversas possibilidades se abrem para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. A utilização de recursos tecnológicos, como softwares e aplicativos educacionais, pode auxiliar na individualização do ensino e na superação de barreiras. Além disso, a colaboração entre professores, especialistas e famílias é fundamental para garantir o sucesso da inclusão.

A inclusão não se resume à mera inserção dos alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares. Ela exige uma transformação profunda da escola, que envolve a mudança de concepções, atitudes e práticas pedagógicas. Como afirma Mantoan (2006), a escola inclusiva é aquela que valoriza a diversidade, promove a cooperação e o respeito mútuo, e oferece oportunidades para que todos os alunos desenvolvam suas potencialidades ao máximo.

### **Metodologia da pesquisa**

Esse artigo foi desenvolvido através de um estudo qualitativo que tem como objetivo principal através de uma análise bibliográfica citar os aspectos vinculados a inclusão e suas aplicações, desenvolvidas em capítulos os quais conceituam o tema específico da pesquisa que é: O Papel do Professor na Educação Inclusiva no Ensino Fundamental.

Essa pesquisa foi desenvolvida em capítulos. No primeiro capítulo foi abordado sobre as Teorias e concepções sobre a educação inclusiva; no segundo a respeito das Diretrizes da Educação Especial; No terceiro capítulo sobre a escola inclusiva e o papel do professor nessa área. Os resultados foram demonstrados de forma qualitativa, no campo das considerações finais, utilizando como referências autores de artigos relacionados com o tema inicial.

### **A Escola Inclusiva**

O processo de inclusão é feito por meio da Educação Especial. Essa modalidade de ensino está prevista na Constituição Federal (CF), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e em diversos documentos e legislações nacionais. Os alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial. Segundo a LDBEN, entre outros documentos, são os estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e os que possuem altas habilidades ou superdotação.

A política da Educação Especial é fundamentada em diversos documentos legais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), além das já citadas CF e LDB, entre outras.

Faroni (2017) argumenta que a escola é um ambiente de controle e disciplina, mas também levanta o debate sobre o poder, A escola reproduz as condições sociais e forma as pessoas para assumirem papéis na estrutura social. Além disso, a escola produz conhecimento e discursos sobre os indivíduos. O poder produz conhecimento na escola, através de políticas pedagógicas, e é importante que a escola seja um local agradável para os alunos, especialmente para alunos com necessidades especiais.

A escola é o espaço onde o poder produz o saber, e essas áreas do saber são construídas a partir de políticas pedagógicas havendo a necessidade que a escola consiga que o aluno goste de estar ali e que não seja um presídio para os alunos e ao mesmo tempo estar ciente que o aluno com necessidades especiais precisa de um ambiente tranquilo para que assim consiga compreender o saber.

A inclusão deve acontecer na escola tendo como um direito de todas as crianças e jovens, independente de suas diferenças, de frequentar a escola regular e de receber uma educação de qualidade.

É fundamental que a escola esteja preparada para receber todos os alunos, independentemente de suas diferenças havendo também a capacitação dos professores e demais profissionais da educação, para que possam lidar com as necessidades específicas de cada aluno e adaptar suas práticas pedagógicas.

A escola para que atenda esses estudantes, é necessário ter uma estrutura física acessível, com rampas, elevadores, banheiros adaptados, entre outros recursos que garantam a inclusão de todos, disponibilizando materiais e recursos didáticos adequados, como livros em Braille, equipamentos de ampliação de letras e recursos audiovisuais.

A valorização da diversidade e o combate a qualquer tipo de discriminação promove uma cultura inclusiva, em que todos os alunos sejam respeitados e valorizados em suas individualidades. Isso contribui para o desenvolvimento de um ambiente acolhedor, no qual todos se sintam seguros para aprender e se expressar.

### **Fatores que influenciam a implementação da Educação Inclusiva**

As instituições escolares possuem um papel fundamental na efetivação da educação inclusiva. Contudo, a cultura escolar muitas vezes se mostra resistente a mudanças, perpetuando práticas tradicionais e homogeneizantes. Segundo Mantoan (2006), a escola inclusiva exige uma transformação profunda, que envolve a mudança de concepções, atitudes e práticas pedagógicas. A falta de recursos financeiros, a formação inadequada dos professores e a estrutura física inadequada das escolas também são obstáculos significativos.

A família desempenha um papel crucial no processo de inclusão escolar. A parceria entre escola e família é essencial para garantir o sucesso do aluno. Contudo, muitas famílias, por falta de informação ou por crenças limitantes, podem apresentar resistências à inclusão. A comunidade escolar, por sua vez, precisa ser envolvida e sensibilizada para a importância da inclusão, a fim de construir um ambiente escolar acolhedor e inclusivo.

As políticas públicas e a legislação são instrumentos importantes para promover a educação inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estabelece o direito à educação como um direito fundamental e garante o acesso de todas as pessoas com deficiência à educação regular. No entanto, a implementação da LBI ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos e a resistência de alguns profissionais da educação.

A sociedade como um todo influencia a implementação da educação inclusiva. Preconceitos, estereótipos e a falta de conhecimento sobre as necessidades dos alunos com deficiência são barreiras que precisam ser superadas. Além disso, as condições socioeconômicas dos alunos também impactam na sua inclusão escolar.

A implementação da educação inclusiva é um processo complexo que exige a atuação de diversos atores sociais. É fundamental que haja uma mudança de paradigma, que valorize a diversidade e reconheça o direito de todos à aprendizagem. A formação continuada dos professores, a adaptação do currículo, a garantia da acessibilidade e a construção de uma cultura escolar inclusiva são elementos essenciais para o sucesso da inclusão.

### **O papel do professor no Ensino Fundamental no que diz respeito a Educação Inclusiva**

Conforme Sasaki (2001), a inclusão não se limita à mera inserção dos alunos com deficiência nas salas de aula regulares. É preciso que haja uma adaptação do currículo, dos materiais e das metodologias de ensino, de forma a atender às especificidades de cada estudante.

A formação continuada dos professores é essencial para que eles possam desenvolver as competências necessárias para atuar em um contexto de diversidade. Como afirma Vygotsky (1984), a aprendizagem ocorre em um contexto social e cultural, sendo influenciada pelas interações do indivíduo com o meio. Nesse sentido, o professor precisa ser um mediador entre o aluno e o conhecimento, promovendo situações de aprendizagem significativas e desafiadoras.

A tecnologia também pode ser uma aliada importante na educação inclusiva. Ferramentas digitais e recursos acessíveis podem auxiliar na individualização do ensino e na superação de barreiras. Conforme Oliveira e Sousa (2016), as tecnologias assistivas podem potencializar as habilidades dos alunos com deficiência, ampliando suas possibilidades de participação e aprendizagem.

Além disso, a colaboração entre os professores é fundamental para garantir o sucesso da inclusão. Ao trabalhar em equipe, os docentes podem compartilhar experiências, trocar ideias e construir projetos pedagógicos mais eficazes. Como afirma Luckesi (2008), a educação é um processo coletivo, que envolve a participação de todos os membros da comunidade escolar.

### **Metodologias para se trabalhar inclusão na sala de aula**

A educação inclusiva é um processo em constante evolução, que exige do professor um olhar atento às necessidades individuais de cada aluno. Para garantir o sucesso da inclusão, é fundamental que o professor conheça e aplique diversas metodologias que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes.

A aprendizagem colaborativa estimula a interação entre os alunos, promovendo a troca de conhecimentos e a construção conjunta do saber. Atividades em grupo, onde os alunos com diferentes habilidades possam colaborar para alcançar um objetivo comum utilizando recursos como jogos cooperativos, projetos em grupo e debates estimula a participação de todos (ANEXO 1).

Outra metodologia é o ensino individualizado em que consiste em oferecer um atendimento personalizado aos alunos que necessitam de mais apoio (ANEXO 2). É necessário que o professor reserve um tempo para trabalhar individualmente com os alunos que apresentam mais dificuldades, oferecendo explicações adicionais e atividades específicas.

As tecnologias assistivas são ferramentas que auxiliam os alunos com necessidades especiais a superar barreiras e a participar ativamente das atividades escolares (ANEXO 3). A utilização



de softwares, aplicativos e hardware que facilitem o acesso à informação e a comunicação, como leitores de tela, softwares de ampliação de tela e sintetizadores de voz vem ganhando cada vez mais espaço nos espaços escolares.

Todas essas metodologias quando utilizadas em conjunto pode fazer da educação um lugar mais justo e acolhedor a todos os estudantes. A participação de todos é essencial para formação do cidadão garantindo o acesso igualitário a todas as faixas etárias e suas potencialidades.

## Conclusão

Através da revisão da literatura, foi identificado que a inclusão é um processo complexo que exige a transformação de concepções, atitudes e práticas pedagógicas. As teorias de Vygotsky, Freire e Gardner, entre outras, fornecem subsídios teóricos importantes para a compreensão da aprendizagem e do desenvolvimento humano em um contexto inclusivo. Os resultados da pesquisa evidenciam que o professor desempenha um papel fundamental na construção de um ambiente escolar inclusivo.

No entanto, diversos desafios ainda precisam ser superados, como a falta de formação adequada, a resistência à mudança e a falta de recursos. É fundamental investir na formação continuada dos professores, na adaptação do currículo e na criação de políticas públicas que garantam o direito à educação de todos os alunos. A educação inclusiva é um direito de todos e um investimento no futuro. Ao promover a inclusão, estamos construindo uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todos tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

## Referências

ANTUNES, Celso. As inteligências múltiplas e seus estímulos. 13.ed. Campinas, São Paulo: **Papirus**, 2006.

AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) [URL inválido removido].

BRASIL. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Ministério da

Educação, 2008).

FARONI, S. L. M. Inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. In: MALHEIROS, M. C.; FARIAS, E. F. (Org.). **Educação especial e inclusiva: reflexões e práticas contemporâneas**. Curitiba: CRV, 2017. p. 63-78.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 2005.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GARDNER, H.; KORNHABER, M.; WAKE, K. Inteligência: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: **Artmed**, 1998.

MANTOAN, M. T. E. O desafio de educar todos: inclusão escolar e qualidade de ensino. Petrópolis: **Vozes**, 2006.

MONTEIRO, D. S., GOMES, T. S. C.; SOUZA, R. A. Inclusão escolar: desafios e possibilidades na educação especial. **Revista Debates em Educação**, 8(16), 87-100. 2016. <https://doi.org/10.15729/RECADM.2016>.

MONTEIRO, Mário Destro Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem / Mário Destro Monteiro. – São Paulo: **Editora Sol**, 2012. 164 p.

ROSA, Ana Paula Marques da; GOI, Mara Elisângela Jappe. Teoria socioconstrutivista de Lev Vygotsky: aprendizagem por meio das relações e interações sociais. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 10, 26 de março de 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/10/teoria-socioconstrutivista-de-lev-vygotsky-aprendizagem-por-meio-das-relacoes-e-interacoes-sociais>.

SANTOS, Mariana de Aguiar; ROSSI, Cláudia Maria Soares. Conhecimentos prévios dos discentes: contribuições para o processo de ensino-aprendizagem baseado em projetos. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 39, 13 de outubro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/39/conhecimentos-previos-dos-discentes-contribuicoes-para-o-processo-de-ensino-aprendizagem-baseado-em-projetos>

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA. 2009.

SASSAKI, R. M. Inclusão: o que é e por quê? Rio de Janeiro: WVA, 2001.

SILVA, Naiane Cristina ; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 293–308, 2017.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições 70, 1995